

<b>Diário Notícias</b>  14-07-2007	Periodicidade:	<b>Diario</b>	Temática:	<b>Justiça</b>
	Classe:	<b>Informação Geral</b>	Dimensão:	<b>66 cm<sup>2</sup></b>
	Âmbito:	<b>Nacional</b>	Imagem:	<b>N/PB</b>
	Tiragem:	<b>79040</b>	Página (s):	<b>15</b>

## Italianos investigam espionagem a magistrados

**Serviços secretos.** Comissão parlamentar nega que tenha havido escutas e perseguições

O presidente da Comissão Parlamentar de Controlo dos Serviços Secretos italianos assegurou quinta-feira que “não houve perseguição de pessoas nem escutas telefónicas” no caso de alegada espionagem ilegal de magistrados, incluindo portugueses, pela secreta militar italiana.

A Comissão começou a ouvir responsáveis que poderiam estar infor-

mados sobre a actividade dos serviços secretos militares italianos, acusados há uma semana, pelo Conselho Superior de Magistratura italiano, de terem espiado juizes de Itália e de outros países europeus para os “intimidar” e “descredibilizar”.

Também o eurodeputado do PSD Carlos Coelho questionou ontem a Comissão Europeia acerca do caso, salientado a sua dimensão comunitária, até porque alguns dos visados exercem funções no Gabinete Europeu de Luta Contra a Fraude. ■



<b>Jornal Notícias</b>  14-07-2007	Periodicidade:	<b>Diário</b>	Temática:	<b>Política</b>
	Classe:	<b>Informação Geral</b>	Dimensão:	<b>164 cm<sup>2</sup></b>
	Âmbito:	<b>Nacional</b>	Imagem:	<b>N/PB</b>
	Tiragem:	<b>150515</b>	Página (s):	<b>9</b>

## Escutas a juízes

# Eurodeputado questiona Comissão Europeia

O eurodeputado social-democrata Carlos Coelho questionou a Comissão Europeia e o Conselho de Ministros sobre "a existência de investigações ilegais" pelos serviços secretos italianos relativamente a juízes. O Parlamento italiano já assegurou que "não houve perseguição de pessoas nem escutas telefónicas". Garantias desvalorizadas pelos juízes e magistrados. No requerimento, Carlos Coelho refere que o caso tem uma dimensão europeia, não só por terem sido "ilegalmente 'espiados'" pelos Serviços Secretos Italianos magistrados não italianos, "incluin-

do Portugal", mas também porque alguns dos visados exercem funções no Gabinete europeu de luta contra a fraude.

O eurodeputado questiona, nesse sentido, a Comissão Europeia e o Conselho de Ministros dos 27, presidido até Dezembro pelo Governo português, sobre "se vão tomar alguma iniciativa que proteja a independência do poder judicial e dos magistrados afectados" e ainda "que acções estão previstas relativamente ao Estado italiano".

### Italianos desmentem

O presidente da Comissão Parlamentar de Controlo dos Serviços

Secretos italianos, Claudio Scajola, assegurou, anteontem à noite, que "não houve perseguição de pessoas nem escutas telefónicas ou outras acções que afectem a esfera pessoal". Mas não sossegou os magistrados e juízes portugueses.

"Pode dizer o que entender mas os relatórios e as transcrições foram apreendidos e nada contraria o facto de estar a decorrer um processo-crime com prova material", constatou o presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, António Cluny, citado pela Lusa.

O presidente da Associação Sindical dos Juízes Portugueses

(ASJP) concorda. "Há provas demasiado evidentes de que houve actuação incorrecta e ilegal dos Serviços Secretos. Foram encontrados documentos comprovativos dessa ilegalidade", sublinhou António Martins.

Recorde-se que os Serviços Secretos italianos foram acusados, há uma semana, pelo Conselho Superior de Magistratura italiana de terem espiado juízes de Itália e de outros países europeus para os "intimidar" e "descredibilizar". A alegada acção de espionagem envolveria também políticos, militares e jornalistas e teria decorrido de 2001 a 2006, no governo de Silvio Berlusconi. <

